

Transtorno do espectro autista em questão: debates acerca da inclusão no ensino regular

Elaine Conte¹
Cristiane Gomes²

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um fenômeno complexo e cada vez mais comum no sistema escolar, que envolve diferentes síndromes e múltiplos diagnósticos, com características neurológicas distintas e que demandam uma ampla diversidade de estímulos cognitivos, emocionais e de intencionalidade educativa para o desenvolvimento das capacidades dos sujeitos com TEA. Esses debates, entretanto, podem gerar um excesso de testes, que retratam as enfermidades de nossa triste época, a ponto de nos indagarmos sobre as dificuldades de comunicação pelo acento às deficiências em detrimento das potencialidades das pessoas, especialmente, para lidar com jogos simbólicos, de acesso à imaginação, limites de socialização ou padrões de comportamentos restritivos de fala e adaptativos. Trata-se de uma revisão de literatura de bases hermenêuticas, interpretativas e compreensivas da diferença como aspecto constitutivo da diversidade humana, sendo evidenciada por meio de investigações do autismo em artigos científicos mapeados na plataforma *Scielo*, no período de 2010 a 2020, favorecendo as articulações da problemática do campo da educação com as contextualizações atuais. Teve como universo empírico a elaboração e a aplicação de um questionário semiestruturado com cinco perguntas para os familiares de crianças

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestra em Educação e graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade La Salle (UNILASALLE). Líder do Núcleo de Estudos sobre Tecnologias na Educação (NETE/CNPq). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0204-0757> E-mail: elaine.conte@unilasalle.edu.br

² Mestra em Memória Social e Bens Culturais pela Universidade La Salle (UNILASALLE). Doutoranda em Educação pela Universidade La Salle. Membro do Núcleo de Estudos sobre Tecnologias na Educação (NETE/CNPq). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9039-3981> E-mail: cristiane.201920350@unilasalle.edu.br

com TEA, visto que estamos distantes de práticas escolares cooperativas e de diálogo interdisciplinar que respondam, efetivamente, às diferenças biopsicossociais. Concluímos que promover a reflexão sobre TEA com experiências inclusivas no ensino é uma forma de reconciliar os sujeitos com a valorização humana das diferenças, no sentido de enfrentar os estigmas do passado ou atos de exclusão no cenário da educação vigente.

Palavras-chave: transtorno do espectro autista; ensino regular; experiências inclusivas.

Autistic spectrum disorder in question: debates about inclusion in regular education

ABSTRACT

Autistic Spectrum Disorder (ASD) is a complex and increasingly common phenomenon in the school system, which involves different syndromes and multiple diagnoses, with different neurological characteristics and which demand a wide range of cognitive, emotional and educational intentional stimuli for the development of the capacities of subjects with ASD. These debates, however, can generate an excess of tests, which portray the infirmities of our sad times, to the point of asking ourselves about the communication difficulties in accentuating disabilities, especially, to deal with symbolic games, access to imagination, limits of socialization or restrictive speech and adaptive behavior patterns. This is a literature review of hermeneutic bases and observational in nature with a field diary. The objective of this work is interpretive and comprehensive, being evidenced through investigations of autism in scientific articles mapped on the *Scielo* platform, in the period from 2010 to 2020, favoring the articulations of the problematic of the field of education with the current context. Its empirical universe was the elaboration and application of a semi-structured questionnaire with five questions for family members of autistic children. From the readings performed and the data collected, we conclude that articulating the research work on ASD with inclusive experiences in teaching is an attempt to bring subjects

into relation without repressing them to the stigmas of the past or to repeat such acts of exclusion in the scenario of current education.

Keywords: autism spectrum disorder; regular education; inclusive experiences.

Trastorno del espectro autista en cuestión: debates sobre la inclusión en la educación regular

RESUMEN

El Trastorno del Espectro Autista (TEA) es un fenómeno complejo y cada vez más común en el sistema escolar, que involucra diferentes síndromes y múltiples diagnósticos, con distintas características neurológicas y que demandan una amplia gama de estímulos cognitivos, emocionales y educativos para el desarrollo de capacidades del niño. de sujetos con TEA. Estos debates, sin embargo, pueden generar un exceso de pruebas, que retratan las flaquezas de nuestros tristes momentos, hasta el punto de interrogarnos sobre las dificultades comunicativas para acentuar las discapacidades, en especial, para lidiar con los juegos simbólicos, el acceso a la imaginación, los límites de la socialización. o lenguaje restrictivo y patrones de comportamiento adaptativo. Se trata de una revisión bibliográfica fundamentada en la hermenéutica, interpretación y comprensión de la diferencia como aspecto constitutivo de la diversidad humana, siendo evidenciada a través de investigaciones sobre el autismo en artículos científicos mapeados en la plataforma *Scielo*, en el período de 2010 a 2020, favoreciendo las articulaciones de los problemática del campo de la educación con contextualizaciones actuales. Su universo empírico fue la elaboración y aplicación de un cuestionario semiestructurado de cinco preguntas para los familiares de niños con TEA, ya que estamos lejos de prácticas escolares cooperativas y de diálogo interdisciplinario que respondan efectivamente a las diferencias biopsicosociales. Concluimos que promover la reflexión sobre los TEA con experiencias inclusivas en la enseñanza es una forma de conciliar los sujetos con la valoración humana de las diferencias,

para enfrentar los estigmas del pasado o los actos de exclusión en el escenario educativo actual.

Palabras clave: desorden del espectro autista; educación regular; experiencias inclusivas.

INTRODUÇÃO

O patrono da educação brasileira, Paulo Freire (1987), dizia que a *inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades* em diferentes instâncias da vida. O Transtorno do Espectro Autista (TEA) ainda vem sendo pouco compreendido, o que atrapalha a atuação dos profissionais da educação básica, pois, na diversidade dos contextos escolares, os estudantes que apresentam dificuldades de relacionamento com os outros ou limites para aprender são submetidos a laudos³ para atestar as suas fugacidades ou distrações e, seguidamente, são diagnosticados com autismo⁴. Infelizmente, ainda há uma conjuntura escolar justificada em padrões conteudistas e didáticos atrelados a um (des)compasso da produção de atividades que não dá espaço ao diferente e ao diálogo que investiga a própria condição humana. As orientações de monitoramento apenas técnico-operacionais e com medidas segmentadas dificilmente colocam o reconhecimento da pessoa com dignidade em primeiro lugar, causando silenciamentos e exclusões das diferenças pelas deficiências, por interpretações equivocadas (de expressões faciais correspondentes às emoções humanas básicas), oposições e comparações nas relações escolares.

³ Destaca-se que o laudo médico não é documento obrigatório para o acesso ao AEE, à educação, nem para o planejamento de ações educacionais, que devem estar alicerçadas em princípios pedagógicos e não clínicos. Filme que retrata o fenômeno de exclusão por laudo equivocado. Link: <https://www.revistaprosaversoarte.com/gentileza-alegria-e-encantamento-em-o-fabuloso-destino-de-amelie-poulain/>

⁴ “O termo autismo vem sendo usado por quase 100 anos, incorporada à raiz autos que significa eu, em associação ao isolamento social como a principal manifestação do distúrbio e uma sensação de plenitude e prazer ao estar só. Após várias alterações na denominação, em 1987, foi cunhado de Transtorno Autista. A publicação da 5ª edição do DSM, em 2013, determinou a inclusão dos diagnósticos de Transtorno Autista e Síndrome de Asperger, no termo genérico Transtorno do Espectro Autista. Devido à diversidade de manifestações, é difícil relacionar a causa, estando fortemente atrelada à interação entre genes e ambiente” (FISCHER, 2019, p. 538).

O que nos faz lembrar a frase de Albert Einstein, de que é *mais fácil desintegrar um átomo do que um preconceito enraizado*. Em relatos de pesquisa recente, Lemos, Nunes e Salomão (2020, p. 82) assim destacam a participação das crianças com TEA em vínculos escolares:

[...] a importância da interação social para a aquisição de habilidades referentes ao desenvolvimento infantil. [...] entendem-se os benefícios da inclusão escolar tanto em termos da criança atípica, como das demais crianças, que desenvolvem habilidades relativas à tolerância, respeito e empatia por meio das vivências escolares. [...] Compreende-se que as dificuldades impostas pelo TEA não se configuram necessariamente em limitações que impedem plenamente as interações. [...] destaca-se a importância de analisar as interações sociais nesses cenários, verificando a participação das crianças com TEA e de seus pares, considerando o contexto, o tipo de atividade, a mediação das professoras e as influências mútuas a partir do conceito de bidirecionalidade.

Entende-se, segundo as pesquisas recentes, a importância de lançar luz ao número de estudantes com autismo que vem crescendo em ambientes escolares, o que se torna uma preocupação para os professores, pois muitos não possuem fontes adequadas, não sabem lidar ou realizar mediações educativas de modo a atender as diferenças desde os primeiros anos da educação formal, por conta também de um currículo universitário que, muitas vezes, não dá conta de questões como esta. Parece que a metáfora de Walter Benjamin (1996), de *escovar a história a contrapelo*, no sentido de clarear a obscuridade das diferenças e a falta de reconhecimento das representações do TEA nos contextos escolares é refém de uma espécie de fingimento em nome de uma realidade uniforme, de uma narrativa lisa, de que tudo está bem, nutrindo desde a infância um esquecimento do que permanece desconexo, confuso, discordante ou que demanda novas possibilidades de compreensão e intervenção crítica na realidade.

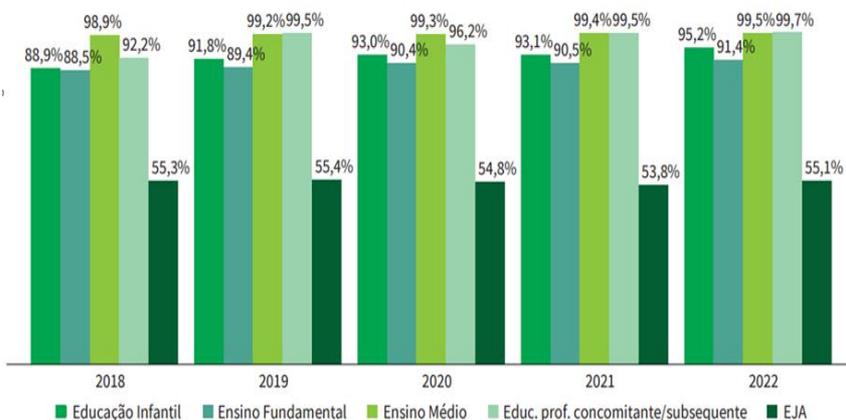
Em relação às pessoas com TEA, existem duas políticas nacionais que dão garantias de inclusão escolar: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008); Proteção dos direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (BRASIL, 2014). O ingresso e a permanência da criança autista em escola regular é um direito garantido por lei, devendo o sistema escolar fornecer meios e oportunidades para sua aprendizagem. A escola que recebe essas crianças deve conhecer o que é o TEA e representar uma referência de formação, estimulando e implementando ações para que a inclusão ocorra na prática escolar, por ser um direito humano ao próprio desenvolvimento e convivência para a inclusão social (OLIVEIRA, 2017). Afinal de contas, a inclusão socioeducacional é o ponto basilar da humanização da escola, da luta por direitos vitais e participação social, do respeito e valorização das diferenças, da pluralidade de comunicação e inclusão de todos.

Popularmente conhecido como Autismo, é um conjunto de transtornos que envolvem o desenvolvimento humano, tais como: sociais e afetivos; comunicacionais e de linguagem para lidar com jogos simbólicos; dificuldade de socialização e de comportamentos restritivos ou repetitivos; dificuldades relacionais e com as mudanças no ambiente; hipersensibilidade a estímulos, dentre outros (VARELLA, 2014). É representado mundialmente por um quebra-cabeças, cujas peças simbolizam todo o mistério e a complexidade do autismo, as diferentes formas de expressão, a diversidade cultural da pessoa e a complexidade das inter-relações envolvidas. Com relação às matrículas nas escolas regulares, tendo em vista as etapas da educação básica e a meta 04, do Plano Nacional de Educação (PNE)⁵, observamos os seguintes dados recentes quanto ao número de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades em

⁵ Meta 04: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (BRASIL, 2014a).

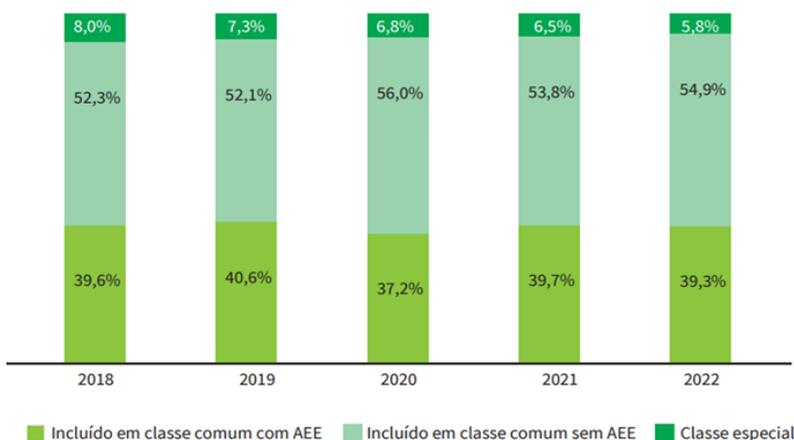
classes comuns ou especiais exclusivas, segundo a etapa de ensino, no período de 2018 a 2022, no gráfico 1 e 2.

Gráfico 1 – Percentual de alunos matriculados com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades que estão incluídos em classes comuns



Fonte: BRASIL (2023, p. 37-38).

Gráfico 2 – Percentual de matrículas de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação que frequentam classes comuns (com e sem AEE)



Fonte: BRASIL (2023, p. 37-38).

Ao interpretarmos estes dados, verificamos, no gráfico 1, que há um aumento expressivo do número de estudantes matriculados em escolas regulares (classes comuns), tendo uma proporção de mais de 90% de estudantes incluídos na educação básica em 2022 (BRASIL, 2023). A única exceção está na Educação de Jovens e Adultos (EJA) que praticamente ficou estagnada, sem ampliação dos indicadores neste âmbito nos últimos anos. Destaca-se, no gráfico 2, que “em 2018, o percentual de alunos incluídos era de 92% e passou para 94,2% em 2022. O percentual de alunos incluídos em classes comuns sem acesso às turmas de atendimento educacional especializado (AEE) passou de 52,3% em 2018 para 54,9% em 2022” (BRASIL, 2023, p. 38). Cabe destacar que o Censo Escolar da Educação Básica é uma pesquisa estatística realizada anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em duas etapas e em articulação com as secretarias estaduais e municipais de educação, sendo obrigatória aos estabelecimentos públicos e privados de educação básica. Segundo os resultados que foram divulgados no dia 31 de janeiro de 2023, em Brasília, o autismo é o transtorno da inteligência humana mais identificado nas matrículas na Educação Especial ficando após a deficiência intelectual⁶.

O ambiente escolar é considerado a base para a formação das novas gerações, por isso, torna-se fundamental estimular a construção de uma sociedade inclusiva em todas as instâncias formativas da vida. Porém, para que isso ocorra, é necessário que haja mudanças em diversos aspectos, principalmente mais informações e formação permanente a todos os profissionais da área educativa, bem como a estudantes e pais/responsáveis. Na atualidade, as instituições estão atreladas a uma espécie de moldagem para inserir profissionais prontos para trabalhar com a inclusão, tendo em vista a precariedade e as carências em investimento governamental (LIMA, 2018). Entretanto, uma sociedade que tenha o mínimo de conhecimento em relação aos transtornos, inacabamentos e diferenças humanas, precisa acionar

⁶ PowerPoint Presentation (2022), conforme o gráfico 39, disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2022/apresentacao_coletiva.pdf

uma formação que qualifique os professores para desempenhar a função social de portadores do conhecimento ao avanço na construção de trabalhos investigativos e experiências de todos os níveis nos ambientes escolares.

O Transtorno do Espectro Autista, referenciado no Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais (DSM-5⁷), é definido como um distúrbio no desenvolvimento neurológico, que se apresenta desde a infância, exibindo déficits nas dimensões sócio comunicativa e comportamental. O TEA não é considerado uma doença e sim uma condição, pois é desconhecida como patologia específica, afetando o sistema nervoso com uma variedade de sintomas. Uma vez feito o diagnóstico de autismo, tem-se que identificar eventuais prejuízos associados, dentre os mais frequentes, destacam-se os seguintes sintomas: retardo mental, crises convulsivas, prejuízos de atenção e concentração, alto nível de hiperatividade, hiperfoco e desordens psiquiátricas. As crianças diagnosticadas com TEA apresentam comportamentos, ações, atitudes e hábitos diferenciados das crianças com o desenvolvimento disciplinar típico. O nascimento de uma criança com necessidades especiais em uma família sem conhecimento sobre o Espectro Autista gera abalo emocional, em especial para a mãe. O trabalho busca contribuir com as reflexões teóricas e procura demonstrar a realidade das mães com seus filhos diagnosticados com TEA frente aos educadores.

O artigo apresenta, inicialmente, uma revisão de literatura sobre a problemática, que transita pelos assuntos da importância do diagnóstico e participação da família na inclusão do autista e do comportamento de crianças com TEA no ensino regular. Em seguida, os delineamentos metodológicos da pesquisa, tendo em vista que o Transtorno do Espectro Autista é um assunto ainda pouco falado e que necessita de mais estudos no campo empírico da educação. Diante da complexibilidade para abordar a questão do TEA entre mães, filhos e docentes na inclusão de crianças no ensino regular,

⁷ Link: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=QL4rDAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT13&dq=dsm+5&ots=nR4CtDzaGR&sig=u4iPLtGV4JK4GERPdQJs7GJZres#v=onepage&q=dsm%205&f=false>

foi realizado um questionário⁸ com o respectivo grupo de estudos para investigar as dificuldades e os desafios enfrentados. O trabalho objetiva também compreender como ocorre o desenvolvimento e a evolução do ensino inclusivo de pessoas com TEA, para reconhecer os saberes necessários à prática educativa de aprendizagens sociais e diversas no ensino regular.

Importância do diagnóstico e participação da família na inclusão

Tendo como fio condutor os estudos de Onzi e Gomes (2015, p. 193), em diálogo com outras investigações deste amplo campo de pesquisa no Brasil, podemos identificar que o diagnóstico precoce e,

As intervenções realizadas em crianças com TEA podem determinar o prognóstico, assim promovendo maior agilidade na aprendizagem da linguagem, facilidade nos diferentes processos adaptativos e no desenvolvimento da interação social também aumentando sua chance de inserção em diferentes âmbitos sociais.

Os pais de crianças com transtorno normalmente são os primeiros a detectar os diferentes comportamentos da criança. A partir disso, começa uma busca por auxílio e/ou explicação de por que seu filho está com comportamentos e/ou atitudes diferenciadas de outras crianças da mesma idade. O entendimento dos pais e/ou responsáveis nesta hora é de extrema importância. Em contrapartida, as escolas continuam recebendo estudantes com laudo e orientando para avaliações daqueles com comportamentos diversos, refletindo as fragilidades do trabalho com o número excessivo de demandas. Geralmente, em função da “predominância do modelo médico com uso do laudo, em detrimento do modelo

⁸ Resultados do questionário com as respostas disponível no link: http://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdSgeidxt_dh6y0tSadNz719LtLobdFNDCh0cYyhDthxPGIGQ/viewanalytics

social e de direitos, nas práticas avaliativas adotadas pelas redes de ensino” (PLETSCH; PAIVA, 2018, p. 1039).

Ferreira (2009, p. 15) argumenta que no autismo “nem todos são iguais e nem todos têm as mesmas características. Uns podem ser mais atentos, uns mais intelectuais e outros mais sociáveis, e assim por diante”. Por consequência, gera ainda mais ambiguidade, contradições e conflitos acerca da identificação do transtorno. Embora existam poucos recursos instrumentais para a realização do diagnóstico do sujeito com suspeita de autismo em meio a muitos estudos na área, é importante enfatizar que a forma como ocorre a comunicação do diagnóstico para a família, de acordo com Bosa e Semensato (2013), é de extrema importância que isso ocorra de modo cordial, acolhedor e afável. Ou seja, é um processo delicado e que necessita de aceitação e reconhecimento de todos, para auxiliar no desenvolvimento da globalidade do sujeito. Cabe aos profissionais da educação uma ação relacional e que transmita segurança, uma vez que os processos inclusivos podem ser estressantes e é preciso ler as entrelinhas durante a reelaboração do trabalho educativo, tendo em vista promover estratégias colaborativas para o aprimoramento da prática pedagógica.

A insegurança percebida nos professores e funcionários revela a falta de formação para trabalhar com as contradições e as diferenças nos processos (inter)subjetivos de ensino e de aprendizagem, especialmente porque toda pessoa tem o direito de estudar e aprender de formas plurais, com metodologias diferentes, para que busquem aprendizagens evolutivas (VASCONCELLOS, 2019). Nessa perspectiva, o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) favorece as múltiplas formas de ensinar e de aprender das pessoas (com ou sem limitações), auxiliando as equipes pedagógicas a reconhecer uma crescente diversidade presente nas escolas e planejar suas aulas de forma cooperativa, atraente, criteriosa e plural, almejando o acesso de todos ao conhecimento, para uma educação que não deixa ninguém para trás (BORGES; SCHMIDT, 2021).

A prática de modificações e outras adequações no plano pedagógico de ensino são realizadas no processo inclusivo, considerando as necessidades educacionais, respeitando e

valorizando as singularidades dos estudantes (VASCONCELLOS, 2019). A diferença está em garantir o direito de todos à aprendizagem, essencial para dar resposta à heterogeneidade de educandos que frequentam a escola atual, lançando um traço cultural compartilhado no DUA e outras estratégias de ensino, que mobilizam práticas conjuntas, o trabalho cooperativo (professores-escola-famílias-comunidade) e de responsabilização compartilhada com o desenvolvimento das múltiplas inteligências e formas de aprender (CONTE; HABOWSKI, 2022).

Após o nascimento de uma criança, o seu primeiro contato é com sua família antes de iniciar o contato com os demais sujeitos com outras leituras de mundos e da vida em sociedade. De acordo com a pesquisa de Smeha e Cezar (2011), os pais desejam uma criança perfeita e saudável, projetam no filho a possibilidade de concretizar seus sonhos e ideais. E quando o filho possui alguma limitação ou diferenciação comportamental em relação aos outros e ao mundo, as expectativas dos pais são postas em questão e a frustração de conceber uma criança com outras vontades e fontes de imaginação que fogem aos padrões escolares pode antecipar problemáticas em contextos vinculativos e socioemocionais. Muitos pais, após se depararem com o diagnóstico de seus filhos, se veem frente a impasses ao lidar com a situação e, por consequência, desenvolvem atitudes que retardam o desenvolvimento da criança. Contudo, ainda podem vir a desenvolver depressão, negação pela criança e, muitas vezes, desestruturação da família e, em muitos casos, até abandono por preconceito. Para Walter e Almeida (2010, p. 430),

O autismo geralmente leva o contexto familiar a viver rupturas por interromper suas atividades sociais normais, transformando o clima emocional no qual vive. A família se une à disfunção de sua criança, sendo tal fator determinante no início de sua adaptação. Paralelamente, torna-se inviável reproduzir normas e valores sociais e, conseqüentemente, manter o contexto social. A família sente-se, então, frustrada e diminuída frente ao meio, com os pais e a criança passando a ser desvalorizados (COHEN; WARREN, 1985).

Tal rede de apoio social inclui amparo emocional, psicológico, físico, informativo, instrumental ao desempenho comunicativo e material. Este amparo fornecido pelo grupo interdisciplinar e social, vai influenciar o comportamento de quem pede ajuda, dando a chance de maior entendimento e visão sobre sua necessidade. A escola inclusiva que hoje demandamos é uma escola com pedagogias diferenciadas quanto ao sentido das ações propostas e respeitosa de cada um de nós, para atender a todos em suas diferenças, sem qualquer exceção, sem distinções ou comparações de espécie alguma. É necessária a humanização das relações pedagógicas para que todos progridam em suas aprendizagens de socialização mútua e de desenvolvimento socioemocional, que avança significativamente em relação à inclusão educacional.

Comportamento das crianças com TEA e inclusão no ensino regular

Para Ozonoff et al. (2010), através de avaliações clínicas é possível identificar os primeiros sintomas de uma criança com autismo, entre o 6º e o 12º mês de vida, tornando-se mais evidentes e constantes entre o 18º ao 24º mês. Para Carvalho et al. (2013), conforme seu entendimento sobre análise comportamental, no final da década de 1990, houve um estudo com gravações e relatos de dificuldades identificadas na comunicação de crianças com 12 meses de vida, elas foram diagnosticadas tardiamente com Transtorno do Espectro Autista. Este estudo foi considerado o primeiro com relação à pesquisa sobre TEA. Estas crianças apresentavam dificuldades na capacidade de atender por seus próprios nomes e demonstrar o que queriam. Através do comportamento de solicitações realizadas por elas, é possível identificar suas habilidades com relação a gestos, atos e contato visual para solicitação de objetos aos quais estejam fora do seu alcance (MUNDY; SIGMAN, 2006).

A falta de estímulos em termos de desenvolvimento das capacidades linguísticas e pré-linguísticas de crianças com autismo gera um atraso e também um desvio no progresso para o seu desenvolvimento, tornando-se assim, diferentes de crianças

classificadas como normais, pois elas apresentam uma desordem na fala (LAMPREIA, 2004). Essas características de atraso e desenvolvimento, afetam demasiadamente a performance familiar, pois exigem que os responsáveis desenvolvam algumas habilidades específicas para compreender os desejos e necessidades da criança. Para Marteleto et al. (2011), a criança e os pais apresentam muitas dificuldades em ajustar seu comportamento de comunicação ao contexto social, e o isolamento é uma forma que estes sujeitos adotam para conviver melhor com suas dificuldades. Contudo, com deficiência ou não, todos os sujeitos têm direito à educação.

Conforme as normas da Associação Americana de Psiquiatria (APA, 2014), na quinta edição do Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-V), para que uma pessoa seja diagnosticada com TEA é necessário que ela apresente seis ou mais dos pontos presentes nos grupos a seguir: Grupo 1 – Deficiências na interação social (dificuldades na relação de gestos, expressões faciais e corporais; em criar laços de amizade e afeto; problemas na identificação de sentimentos de si e de outras pessoas ao seu redor); Grupo 2 – Deficiências na comunicação (ausência ou retardo na linguagem falada; limites em manter diálogo; uso repetitivo de falas e inexistência de jogos de imitação, como por exemplo: imitar alguém do seu convívio); Grupo 3 - Comportamento enfocado e monótono (inquietações quando ocorre misturas de alimentos em seu prato; negação de alimentos com certas texturas; necessidade de manter rotina para algumas tarefas; inflexibilidade para mudanças de rotina; movimentos motores repetitivos como bater palmas, andar segurando algum objeto de seu interesse, torcer as mãos e cuidados excessivos com determinados objetos). Deve conter pelo menos dois do grupo 1, um do grupo 2 e um do grupo 3. Alguns intitulam as três áreas afetadas de tríade autista, que integram os aspectos da socialização, comunicação e comportamentos focalizados e repetitivos. Na perspectiva dos estudos já realizados, caso fôssemos comparar duas crianças da mesma idade, uma com autismo e a outra na condição dita normal, é possível identificar que a criança com autismo não sente a necessidade de explorar o local em que se encontra, não possuindo

aquele desejo de explorar os ambientes, de atratividade, de curiosidade e de interesse em tocar e sentir as coisas ao seu redor.

A introdução escolar do estudante com necessidades especiais é um tema de grande magnitude e vem ganhando oportunidade cada vez mais de estar em debates e contestações, que indicam a necessidade de que a escola precisa atender às diferenças intrínsecas à condição humana, afinal, cada sujeito tem suas necessidades e dificuldades individuais (SILVEIRA; NEVES, 2006). No Brasil, a Constituição Federal de 1988, art. 208, inciso III (BRASIL, 1988), o Plano Decenal de Educação para todos (BRASIL, 1993) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1999) são documentos que resguardam, sustentam e certificam o direito de todos à educação, inclusive aqueles que estão no espectro do autismo. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) estabelece que os sujeitos com TEA, assim como aqueles com deficiência e altas habilidades/superdotação, devem estar inscritos e incluídos na rede regular de ensino, utilizando atendimento educacional especializado no contraturno escolar. Embora, haja lei e decreto para acontecer a inclusão, não é desta maneira que sucede o ensino, tampouco as aprendizagens. Na perspectiva de Lazzeri (2010), foram ampliadas através das diretrizes atendimento à educação especial, entretanto, em alguns casos, a educação especial foi substituída por serviços educacionais comuns, ocasionando o abandono da política nacional nas escolas regulares. Nas palavras da autora, “pensar em políticas de educação não se encerra no documento oficial, as repercussões que se originam delas é que dão vida às orientações políticas, por isso, é necessário levar em conta cada realidade, cada sujeito envolvido no processo”, especialmente os estudantes autistas (LAZZERI, 2010, p. 6).

Muitas escolas acabam não conseguindo incluir os estudantes com TEA ou com qualquer outro tipo de deficiência, seja por discriminação ou por falta de capacitação profissional. Isso ocorre devido à generalização inadequada, desconsiderando a importância do reconhecimento das peculiaridades e necessidades de cada sujeito, somadas à falta de formação profissional para atender um público cada vez mais diverso na escola. Sendo assim,

há uma necessidade dos pais em procurar por escolas com atendimento especializado. Nesse caminho de investigação, foi realizada uma busca nas bases de dados da plataforma Scielo (<http://www.scielo.br/>), com vistas a descobrir o que foi produzido a respeito deste tema no período de 2010 a 2020. Para a coleta de dados empíricos no sentido de dialogar com o contexto, utilizamos um questionário (encaminhado aos participantes online) contendo cinco perguntas semiestruturadas, conforme mencionamos anteriormente.

De acordo com Romanowski e Ens (2006), distinto dos estudos e do tipo estado da arte, que buscam explorar a produção acadêmica de uma determinada área nos discrepantes setores do conhecimento, os artigos científicos em periódicos, eventos, teses e dissertações, é o estado do conhecimento que tem como foco a elaboração de apenas um dos setores. Foram separados nove artigos com temas pertencentes ao desenvolvimento e evolução nos processos de ensino e aprendizagem de autistas, sendo eles visibilizados nos seguintes estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. O estado de São Paulo apresentou uma maior representatividade no número total de artigos durante os anos de 2014 a 2019, ao compararmos com os outros dois estados, tendo um total de cinco artigos. Já no estado do Rio Grande do Sul identificamos um total de três estudos científicos durante os anos de 2014 a 2019, e com a menor representatividade, de apenas um artigo no ano de 2019, o estado de Santa Catarina. Após esta separação, os dados obtidos foram organizados por área do conhecimento. Na esfera do conhecimento da educação rastreamos uma distribuição de cinco artigos, sendo dois deles alocados na área de ciências humanas, um na área da saúde e um na área da tecnologia. Também foram encontrados na área da educação assuntos relacionados à perspectiva de pais e cuidadores de adultos com autismo e seu processo de escolarização em diversas etapas da vida e a interação de pais com seus filhos no ensino regular. Com relação à área das Ciências humanas, evidenciamos a utilização de brincadeiras para compreender a interação de crianças com TEA e processos de significação vividos por sujeitos autistas nas interações sociais. No âmbito da saúde, identificamos as dificuldades dos

professores em relação à comunicação e ao comportamento de crianças com autismo. Na esfera da tecnologia, constatamos o uso de robôs para terapias e interação social, para estimular novas formas de atuação com o meio ambiente.

Produções mapeadas

Logo após a seleção de nove artigos por aderência temática, foi subdividido em quatro áreas do conhecimento: Educação, Saúde, Tecnologia e Ciências Humanas. Em seguida, realizamos a leitura e a interpretação dos trabalhos selecionados. Dentre os artigos analisados no campo da educação, identificamos o trabalho intitulado “Escolarização de pessoas com Transtornos do Espectro Autista (TEA) em idade adulta: relatos e perspectivas de pais e cuidadores de adultos com TEA”, de Rosa, Matsukura e Squassoni (2019). A pesquisa assinala os desafios das famílias de pessoas adultas com TEA frente à relação com as instituições que se propõem a zelar pelos autistas ao longo da vida e também identificar, por meio de relatos e perspectivas, como foi o percurso escolar. Sob o ponto de vista de seus familiares, os dados foram coletados através de relatos e por meio de dois questionários com 67 pais/cuidadores de adultos com TEA, que residem em 14 estados de solo brasileiro, sendo perguntas com relação à escolarização no transcurso da própria vida. Frente aos resultados, foi possível verificar que existiu exclusão nos processos de escolarização no período infantil até a vida adulta. A maior parte destes autistas obteve seu ensino em instituições escolares especiais, sendo que apenas oito chegaram a instituições de ensino regular na vida adulta. Além disso, foram relatados pelos pais as dificuldades de inclusão, qualidade dos serviços e permanência nas instituições escolares. Contudo, houve a expansão social e ganho de capacidades, visto que os pais e cuidadores acreditam que na vida adulta é necessário um apoio existencial e integral para os autistas.

Na produção científica designada “Atividades aplicadas pelos pais para ensinar leitura para filhos com autismo”, os autores objetivam a implementação de um pacote institucional de 15 palavras dissílabas para avaliar a eficácia no ensino de crianças com

TEA (MENOTTI; DOMENICONI; BENITEZ, 2019). Antes, utilizaram como metodologia a participação de três crianças com TEA em companhia de seus pais. A cada nova etapa eram inseridas três novas palavras, sendo elas escritas ou imagens. O estudo indicou que as crianças obtiveram condições para a realização da leitura e seus pais receberam indicações de como praticar e empreender as novas formas de ensinar a leitura a eles. De acordo com as dificuldades que as crianças apresentaram na educação escolar para a leitura por meio dos métodos convencionais de ensino, foram utilizados métodos alternativos e personalizados para o ensino ativo, criando ações socializadoras e novas capacidades foram desenvolvidas.

Outro artigo que acrescentamos a esse conjunto de estudos do campo da educação é denominado “Estado da arte da produção sobre escolarização de crianças diagnosticadas com TEA”, elaborado por Rodrigues e Angelucci (2018). Este retrata a formação inicial da área da saúde e esquematizou 88 produções científicas brasileiras acerca da escolarização de crianças com TEA. Sendo assim, os autores constataram que a relação da educação especial tem relação direta com a perspectiva da saúde e os educadores necessitam de um saber biomédico para ensinar seus estudantes. Foi concluído que a educação de crianças com TEA continua sendo mais que direito e dever do cidadão, ir à escola tem valor terapêutico e medicinal. A escola pode contribuir para a inclusão social e a reorganização das estruturas intersubjetivas perdidas, como processo de mobilização de novas aprendizagens da criança.

Em “Organização do espaço e do tempo na inclusão de sujeitos com autismo”, os autores Giaconi e Rodrigues (2014) lançam reflexões entre as particularidades e as possíveis ações para a inclusão escolar de pessoas com autismo. Essa pesquisa aborda questões a respeito das hipóteses etiológicas, avaliação e diagnóstico precoce, juntamente com as interações educativas e didáticas. O estudo apresenta no final uma lista de sugestões e formas de ações profissionais para atender melhor a inclusão escolar. Dentre as pesquisas no campo das Ciências humanas elencadas para a análise foram circunscritos dois artigos. Primeiramente, a produção intitulada “Alunos autistas: análise das

possibilidades de interação social no contexto pedagógico”, elaborada por Martins e Monteiro (2017). As autoras se debruçaram sobre os processos de significação dos autistas para identificar as interações de um mesmo grupo social, problematizando as relações das crianças com TEA no contexto pedagógico de uma escola. A amostra foi realizada por meio de observações e vídeo-gravações contendo 20 episódios com tarefas praticadas durante o ano, bem como foram registradas situações de aprendizagem com professores, pais, pesquisadores e monitores, simultaneamente com 4 crianças com a faixa etária de 6 a 10 anos. Dessa maneira, foi possível reconhecer processos interativos que normalmente eram mais difíceis de observar no cotidiano escolar. O artigo mostrou que as relações sociais e o convívio entre sujeitos com TEA possibilitam o desenvolvimento recíproco. Apontou também como evidência que existe uma dificuldade muito elevada de interpretação dos pais, professores, monitores e pesquisadores em relação às ações das crianças com TEA.

O segundo artigo coletado do campo das Ciências humanas foi “Brincando e aprendendo: aspectos relacionais da criança com autismo”, de Chicon et al. (2019). Os autores discutem sobre os aspectos com relação à interação social de crianças autistas frente a outras crianças na conduta de brincar. Os autores analisaram dezessete crianças, dentre a faixa etária de três a seis anos, dez delas do Centro de Educação infantil, seis com autismo e um portador da síndrome de Down. Foram traçadas treze estratégias do curso de educação física com um compromisso semanal para recepção e diálogo com as crianças na brinquedoteca, contendo atividades, por meio da escolha de brinquedos e brincadeiras. Embora as dificuldades de interação tenham sido frequentes nas observações das crianças, todas com grande resistência de convívio, o estudo observou que uma das crianças buscou interação com as demais, além de desenvolver o brincar comum e permanente no coletivo, manifestando autocontrole nas brincadeiras e nas atividades propostas no cenário educativo.

O texto selecionado na área de tecnologia é denominado “Los robots sociales como promotores de la comunicación en los Transtornos del Espectro Autista (TEA)”, de coautoria entre Pinel,

Rendon e Adrover-Roig (2018). O artigo salienta os últimos avanços no método de utilização de robôs sociais para a ação nas maneiras de ensino do autismo. Atualmente, a robótica é utilizada como suporte para práticas que mobilizam as habilidades sociais, embora possua vantagens e desvantagens pois são de difícil acesso. Os autores concluem que o uso de robótica amplia a interação social, auxiliando na relação com outras pessoas e facilitando na comunicação. Para Kozima, Nakagawa e Yasuda (2005), o emprego de robôs sociais para a realização de pequenas e grandes atividades terapêuticas em crianças com autismo e outros distúrbios da linguagem gera avanço na comunicação e pressupõe que esses sujeitos apresentam uma melhoria do bem-estar com o uso de robôs para a interação humana.

Resultados

Foi elaborado um questionário contendo cinco questões, seguindo as áreas do conhecimento estudadas nessa análise. A partir de uma abordagem do tipo amostragem, aceitaram participar doze (12) voluntários, os quais foram selecionados por terem em seu âmbito familiar pessoas com TEA, na faixa etária de 10 a 33 anos. Este grupo escolhido é composto por familiares de autistas que frequentam a escola pública Especial Ney Gomes e a ONG Chimarrão da Amizade, ambas localizadas em Canoas, bem como a APAE localizada em São Leopoldo. Todos os participantes residem na cidade de Canoas, no estado do Rio Grande do Sul (RS). Este questionário teve por objetivo obter dados verídicos frente a essas formas de organização das escolas de inclusão da realidade vivida. Desse modo, foi possível observar o ponto de vista dos familiares em face das barreiras enfrentadas e dos desafios do cotidiano na inclusão de crianças com TEA na vida escolar. O trabalho partiu de cinco questões assim elaboradas para o reconhecimento dessas barreiras: 1) O ensino regular vem contribuindo gradualmente para o desenvolvimento da pessoa com TEA? 2) Você participa de atividades escolares juntamente dele(a)? 3) Você acredita que uma escola específica para autistas seria menos eficaz para a interação social da pessoa com TEA? 4) Na escola, os professores apresentam

dificuldades em relação à comunicação com a pessoa autista? 5) Quais destas especializações (Psicopedagogia, Psicologia, Neuropsicologia, Fonoaudiologia) auxiliam nos processos educativos e no enfrentamento das dificuldades no desenvolvimento e aprendizagem da criança/adolescente na escola? O período de aplicação desse questionário semiestruturado ocorreu entre o 2º dia de julho de 2020 e o 10º dia do mesmo mês.

Em relação à primeira questão, cerca de 50% dos entrevistados têm a percepção de melhoria no desenvolvimento dos sujeitos com TEA com a inserção escolar. Todos os respondentes possuem um impasse em relação ao nível de aprendizado (verbal, motor e no uso de objetos), uma vez que esse é um fator que dificulta e impede ações ao desenvolvimento integral dos estudantes. Todavia, o professor necessita sempre readaptar e repensar conteúdos de forma personalizada para cada sujeito. Vale mencionar que uma parcela dos entrevistados citou a forma de ação pedagógica empreendida, que mesmo sendo distinta para cada sujeito, depende muito do humor, da força de vontade, do autocontrole emocional, da autoconfiança do professor e da aceitação em estimular o estudante, o que demanda muito esforço intelectual e formação permanente.

No artigo “Estado da arte da produção sobre escolarização de crianças diagnosticadas com TEA”, Rodrigues e Angelucci (2018) mencionam que os professores estão cada vez mais dedicados e empenhados por conhecimento para atender as crianças com autismo, no sentido de promover a inclusão de todos de forma efetiva. Esse trabalho soma-se à análise do artigo “Escolarização de pessoas com Transtornos do Espectro Autista (TEA) em idade adulta: relatos e perspectivas de pais e cuidadores de adultos com TEA”, redigido por Rosa, Matsukura e Squassoni (2019), no qual mencionam que muitos sujeitos estiveram presentes na escola regular somente na idade adulta, o que implica um maior esforço à mobilização dos conhecimentos, para estimular as capacidades humanas e educar os sujeitos a partir de atividades contextualizadas às novas necessidades e reescritas coletivas.

Aliás, para contextualizar essa pergunta que já é objeto de estudos, cabe destacar os limites da in experiência profissional e da

interação pedagógica como uma barreira intrínseca aos processos escolares. Para darmos conta da segunda questão em análise, retomamos as investigações de Menotti, Domeniconi e Benitez (2019), que apontam ser necessária a estruturação familiar, bem como o apoio emocional, a prática de brincadeiras e a interação para o desenvolvimento cognitivo, emocional e comportamental. Assim, criam-se laços de confiança para os avanços do desenvolvimento humano e das interações em atividades com os pais. A participação dos pais ou dos responsáveis é indispensável, segundo o autor. Frente à segunda questão, revela-se o resultado de 85,7% de respostas positivas, o que mostra a percepção e o reconhecimento que os familiares têm das experiências realizadas por meio de estímulos nas tarefas de casa. Embora, apresentem o reconhecimento da interação nas atividades escolares, eles entendem que a prática vai além da escola. Os exercícios feitos e elaborados em casa podem ter outros potenciais para o desenvolvimento permanente das reelaborações escolares, visto que o educando está em seu aconchego do lar.

Ao partir da visão de Martins e Monteiro (2017), podemos dizer que o ponto de vista comportamental é significativo e fundante na criança autista, pois pressupõe os processos relacionais que se constroem e se transformam mediante as relações com outro. Também, há evidências sobre as diversas barreiras que sustentam e legitimam microexclusões nas escolas, sendo agravadas por dificuldades de professores em suas condições e contextos de trabalho, com ausência de políticas sociais, normalmente, acarretadas por precarizações econômicas e outras circunstâncias sociais de exclusão humana. Embora muitos familiares acreditem que uma escola específica para pessoas com autismo não seja menos eficaz para a interação social e sendo representado por 64,3%. Podemos dizer, com base nos estudos constatados e analisados até aqui, que compreender as pessoas autistas com relação à interação e à socialização implica ampliar a comunicação, para além dos vínculos entre os responsáveis e familiares (pais e irmãos). É necessário avançar para outras participações, compromissos e responsabilidades com as relações interpessoais entre corporeidades, falas e gestos em escolas regulares. O autismo,

sob esse ponto de vista, é projetado em situações humanas interdependentes e criado nas relações culturais e sociais ativamente produzidas por meio do imaginário social, da formação de identidades e do reconhecimento das diferenças.

Isto demonstra o quão importante é a formação de profissionais qualificados para desenvolver uma pedagogia na escola das diferenças e em projetos interdisciplinares com estimulações de outras áreas, porque os padrões culturais insistem na segregação ou desagregação dos estudantes para estimular e despertar as diferenças humanas, fato que se manifesta contraditório. A pessoa com ou sem deficiência tem direito ao acesso e permanência na escola em condições de igualdade. Sendo assim, é necessário um conhecimento mais aprofundado sobre os transtornos para a busca de inclusão social, pois essa falha na comunicação pautada nas aulas impede grandes avanços no desenvolvimento das crianças com autismo. De acordo com a questão 4, cerca de 92,9% dos professores têm dificuldade na comunicação e baixa relação com os sujeitos autistas, tornando este fato preocupante.

Em observação ao artigo “Alunos autistas: análise das possibilidades de interação social no contexto pedagógico” (MARTINS; MONTEIRO, 2017), as autoras comentam que, mesmo em casos leves de autismo, se tem dificuldade na comunicação entre professor e estudante. O que, de certo modo, dificulta a elaboração de atividades e a interação com os demais colegas. Vale destacar também o artigo de Bastos e Kupfer (2010) que cria condições ao desenvolvimento da consolidação da escuta de professores no trabalho de inclusão escolar de crianças psicóticas e autistas.

Em síntese, com a última pergunta, observamos que os psicopedagogos estão 100% presentes na vida de sujeitos com autismo, tendo uma função social de extrema relevância. Os profissionais deste âmbito têm grande visibilidade, segundo a percepção dos respondentes, notavelmente dialogando com as áreas da pedagogia e da psicologia. Sua função é verificar os pontos que carecem de atenção com relação aos entraves de aprendizagem. Em relação ao percentual de 64,3%, representado pelos atendimentos de fonoaudiólogo e psicólogo, nove dos

quatorze autistas demonstraram que o fonoaudiólogo desempenha um papel importante na vida educacional inclusiva. Nessa linha de raciocínio, ele trabalha com os estudantes que apresentam dificuldades na fala, orientando e estimulando assim, a comunicação em relação com os colegas, os profissionais da área da educação e os familiares na vida em sociedade. Todavia, podemos notar que nem todos possuem acompanhamento com este profissional, sendo um ponto que deve ser levado em consideração. Com relação ao psicólogo, o mesmo procura compreender o comportamento dos sujeitos, a fim de interpretar suas funções mentais, ajudando-os no seu desenvolvimento. Por fim, com 50% apresentando o menor percentual nas especializações, sete dos quatorze autistas recebem acompanhamento de neuropsicólogo. Este profissional projeta uma interface da psicologia e da neurologia (mente e emoções), no sentido de estudar as relações entre o cérebro e o comportamento humano para o atendimento dos sujeitos com TEA, o que demonstra para os familiares uma melhoria na qualidade de vida humana.

NOTAS FINAIS

O artigo teve por objetivo fazer um levantamento de temáticas, problemáticas e possíveis caminhos ao desenvolvimento e evolução no processo de ensino e aprendizagem de estudantes com TEA, considerando os diferentes níveis de interação humana, déficits no domínio da comunicação com padrões restritivos e repetitivos de comportamento social e interesses (APA, 2014). Concluímos que uma das principais questões identificadas é o despreparo de professores com relação ao diálogo e estímulo ao estudante autista em termos de desenvolvimento de diferentes potencialidades embotadas no TEA, incluindo as comportamentais, de interação e comunicação com os outros, imitação, atenção conjunta e reconhecimento de emoções. Talvez, isso seja um efeito decorrente do próprio ensino regular marcado por estereótipos registrados em questões paradoxais do autismo. "Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é,

tampouco, o processo de transmissão da cultura” (BENJAMIN, 1996, p. 225).

A participação em todas as instâncias da vida em sociedade favorece a construção de horizontes interpretativos que privilegiam os saberes profissionais para lutar em favor dos excluídos e oprimidos pelo sistema escolar. A relação e interação dos pais para realizar tarefas auxiliam positivamente no desenvolvimento dos filhos com TEA, sendo cada vez mais fundamental essa relação. Outro ponto a salientar é a importância no desenvolvimento de propostas interdisciplinares sobre inclusão e de traçar novas implementações de permanente reelaboração nas escolas, para favorecer ações conjuntas entre os professores e estudantes. Talvez uma proposta bioecológica do desenvolvimento humano, em articulação com um projeto interdisciplinar de terapia com animais no trabalho pedagógico, seria uma alternativa para diminuir as barreiras de interação entre os sujeitos e de incentivo às múltiplas linguagens e aos processos de construção de conhecimentos no encontro com as diferenças (BASEGIO et al., 2018).

Uma estratégia que vem ganhando espaço e significância é a utilização da tecnologia para realização de atividades, posto que o artigo “Los robots sociales como promotores de la comunicación en los Trastornos del Espectro Autista (TEA)” evidenciou que o exercício com robôs sociais comprovadamente traz uma consequente eficácia no desenvolvimento de autistas (PINEL; RENDON; ADROVER-ROIG, 2018). Por meio do delineamento e do levantamento dos dados aqui reunidos, foi possível observar a importância de um trabalho interdisciplinar dos diferentes profissionais da área da saúde, da educação e da psicologia para um melhor entendimento e compreensão no desenvolvimento de crianças com autismo no ensino regular. Os resultados apontam dificuldades dos educadores nos processos inclusivos à criação de atividades pedagógicas, pelas dificuldades e agitações comuns deste transtorno, por inexperiência com o campo na formação integral dos estudantes, pelas dissonâncias cognitivas e simbioses da inteligência humana frente à sociedade (da passividade generalizada), além da ausência de recursos nas escolas para dar suporte à inclusão de todos. “No cenário educativo, o que se vê é

uma intensa precariedade do ensino público e a omissão dos diversos setores da sociedade que não pensam estratégias articuladoras e integradoras para superar essas problemáticas vitais” (CONTE; HABOWSKI, 2021, p. 1388).

Chegamos ao fim deste estudo com a observação de que ele nos levou a inúmeras inquietações ao longo de sua viabilização de um trabalho de investigação, com a convicção de que há muito a ser aprofundado e questionado ainda neste tema, visto que as referências selecionadas no período a que se refere o recorte do estudo e as amostras do público com TEA são restritas no que concerne à realidade dos sujeitos que apresentam o transtorno. Há diferentes níveis de TEA para o desenvolvimento humano, de forma combinada com outras condições e/ou comorbidades. O Transtorno do Espectro Autista é um assunto em processo de simbiose com a inteligência humana e sempre necessitará de investigações, pois está em constante recontextualização, contradições educativas, conflitos de interesses e instabilidades comportamentais. O resultado desse trabalho pode contribuir nas discussões para a transição de perspectivas complexas em experiências humanizadas entre as pessoas, visando a criação e a estimulação de propostas pedagógicas para mediar interações sociais, encorajando a interação com os outros em abordagens alternativas e ampliadas em relação ao mundo e aos conhecimentos prévios de estudantes e professores ao terem contato com pessoas com TEA.

Referências

APA. American Psychological Association. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (5th Edition)**. Arlington: American Psychiatric Publishing, 2013.

BASEGIO, Antonio Carlos et al. Educação Ambiental e construção de aprendizagens: um olhar bioecológico. **Textura**, Canoas, v. 20, p. 177-198, 2018. DOI: <http://doi.org/10.17648/textura-2358-0801-20-42-2784>

BASTOS, Marise Bartolozzi; KUPFER, Maria Cristina Machado. A escuta de professores no trabalho de inclusão escolar de crianças

psicóticas e autistas. **Estilos clin.**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 116-125, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014. Brasília: MEC/SEESP, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Plano Decenal de Educação para Todos** - 1993 a 2003. Brasília: MEC, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais - Adaptações Curriculares**. Estratégias para a Educação de Alunos com necessidades Educacionais Especiais. Brasília: MEC/SEE, 1999.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014a.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2022: Resumo Técnico**. Brasília, 2023.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

BORGES, Adriana Araújo Pereira; SCHMIDT, Carlo. Desenho universal para aprendizagem: uma abordagem para alunos com autismo na sala de aula. **Revista Teias**, v. 22, n. 66, p. 27-39, 2021.

BOSA, Cleonice Alves; SEMENSATO, Márcia Rejane. A família de crianças com autismo: contribuições clínicas e empíricas. In: SCHMIDT, Carlo (org.). **Autismo, educação e transdisciplinaridade**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2013. p. 2-50.

CARVALHO, Felipe Alckmin et al. Rastreamento de sinais precoces de transtorno do espectro do autismo em crianças de creches de um município de São Paulo. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 144-154, maio/ago. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v15n2/11.pdf> Acesso em: 15 jul. 2022.

CHICON, José Francisco et al. Brincando e aprendendo: aspectos relacionais da criança com autismo. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 169-175, jun. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32892019000200169&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 15 jul. 2022.

FERREIRA, Joana Cristina Paulino. **Estudo exploratório da qualidade de vida de cuidadores de pessoas com perturbação do espectro do autismo**. 147f. 2009. Dissertação (Monografia em Educação Física) - Universidade do Porto, Porto, 2009.

FISCHER, Marta Luciane. Tem um Estudante Autista na minha Turma! E Agora? O Diário Reflexivo Promovendo a Sustentabilidade Profissional no Desenvolvimento de Oportunidades Pedagógicas para Inclusão. **Rev. bras. educ. espec.**, Bauru, v. 25, n. 4, p. 535-552, dez. 2019. DOI: <http://doi.org/10.1590/s1413-65382519000400001>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIACONI, Catia; RODRIGUES, Maria Beatriz. Organização do espaço e do tempo na inclusão de sujeitos com autismo. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 687-705, set. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362014000300004&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 15 jul. 2022.

KOZIMA, H.; NAKAGAWA, C.; YASUDA, Y. Robôs interativos para o cuidado da comunicação: um estudo de caso em terapia de autisms. IEEE (Ed.). **Workshop Internacional IEEE sobre Robôs e Comunicação Interativa Humana**, p. 341-346, 2005. DOI: 10.1109/ROMAN.2005.1513802

LAMPREIA, Carolina. Os enfoques cognitivista e desenvolvimentista no autismo: Uma análise preliminar. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 111-120, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722004000100014>

LAZZERI, Cristiane. **Educação inclusiva para alunos com autismo e psicose**: das políticas educacionais ao sistema de ensino. 111f. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010. Disponível em: http://cascavel.cpd.ufsm.br/tede/tede_busca/arquivo.php?codArquivo=3208. Acesso em: 15 jul. 2022.

LEMOS, Emellyne Lima de Medeiros Dias; NUNES, Laísy de Lima; SALOMÃO, Nádia Maria Ribeiro. Transtorno do Espectro Autista e Interações Escolares: Sala de Aula e Pátio. **Rev. bras. educ. espec.**, Bauru, v. 26, n. 1, p. 69-84, mar. 2020. DOI: <http://doi.org/10.1590/s1413-65382620000100005>

LIMA, Roceli Pereira. **Promoção do Interesse em Criança com Autismo a partir de uma Plataforma Educacional Assistiva com Fantoche Eletrônico**. 2018. 194f. Tese (Doutorado em Informática na Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

MARTELETO, Márcia Regina Fumagalli et al. Problemas de Comportamento em Crianças com Transtorno Autista. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 27, n. 1, p. 5-12, 2011. DOI: <http://doi.org/10.1590/S0102-37722011000100002>

MARTINS, Alessandra Dilair Formagio; MONTEIRO, Maria Inês Bacellar. Alunos autistas: análise das possibilidades de interação social no contexto pedagógico. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 21, n. 2, p. 215-224, 2017. DOI: <http://doi.org/10.1590/2175-3539201702121108> Acesso em: 15 jul. 2022.

MENOTTI, Ana Rubia Saes; DOMENICONI, Camila; BENITEZ, Priscila. Atividades aplicadas pelos pais para ensinar leitura para filhos com autismo. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 23, e185073, 2019. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572019000100307&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 jul. 2022.

MUNDY, Peter; SIGMAN, Marian. Joint attention, social competence and developmental psychopathology. In: CICCHETTI, D.; COHEN, D. (Ed.). **Developmental psychopathology**. 2. ed. Hoboken, NJ: Wiley, 2006. p. 293-330.

OLIVEIRA, Ramon Olímpio de. **Direitos humanos e autismo**: entre as normativas de garantia e proteção e as políticas de inclusão da criança autista na rede pública de João Pessoa – PB. 2017. 142p. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

ONZI, Franciele Zanella; GOMES, Roberta de Figueiredo. Transtorno do Espectro Autista: a importância do diagnóstico e reabilitação. **Caderno Pedagógico**, Lajeado, v. 12. n. 3, p. 188-199, 2016. Disponível em: <http://univates.br/revistas/index.php/cadped/article/viewFile/979/967> Acesso em: 15 jul. 2022.

OZONOFF, Sally et al. A prospective study of the emergence of early behavioral signs of autism. **Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry**, v. 49, n. 3, p. 256-266, 2010.

PINEL, Virginia; RENDON, Laura Aguiló; ADROVER-ROIG, Daniel. Los robots sociales como promotores de la comunicación en los Trastornos del Espectro Autista (TEA). **Let. Hoje**, Porto Alegre, v. 53, n. 1, p. 39-47, mar. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-77262018000100039&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 jul. 2022.

PLETSCH, Márcia Denise; PAIVA, Carla de. Por que as escolas continuam laudando alunos com deficiência intelectual? **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 31, n. 63, p. 1039-1054, out./dez. 2018.

RODRIGUES, Isabel de Barros; ANGELUCCI, Carla Biancha. Estado da arte da produção sobre escolarização de crianças diagnosticadas com TEA. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 22, n. 3, p.

545-555, dez. 2018. DOI: <http://doi.org/10.1590/2175-35392018033904>

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo estado da arte. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>

ROSA, Fernanda Duarte; MATSUKURA, Thelma Simões; SQUASSONI, Carolina Elisabeth. Escolarização de pessoas com Transtornos do Espectro Autista (TEA) em idade adulta: relatos e perspectivas de pais e cuidadores de adultos com TEA. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, São Carlos, v. 27, n. 2, p. 302-316, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.4322/2526-8910.ctoao1845>

SILVEIRA, Flávia Furtado; NEVES, Marisa. Inclusão Escolar de Crianças com Deficiência Múltipla: Concepções de Pais e Professores. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 79-86, jan./apr. 2006. DOI: <http://doi.org/10.1590/S0102-37722006000100010>

SMEHA, Luciane Najar; CEZAR, Pâmela Kurtz. A vivência da maternidade de mães de crianças com autismo. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 16, n. 1, p. 43-50, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722011000100006> Acesso em: 15 jul. 2022.

VARELLA, Drauzio. O Transtorno do Espectro Autista (TEA). **Notícia Uol** [online]. 2014. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/transtorno-do-espectro-autista-tea/> Acesso em: 15 jul. 2022.

VASCONCELLOS, Simone Pinto. **Práticas educativas e escolarização de alunos com transtorno do espectro autista na educação profissional**. 2019. 201f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

WALTER, Cátia; ALMEIDA, Maria Amélia. Avaliação de um programa de comunicação alternativa e ampliada para mães de adolescentes com autismo. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 16, n. 3, p. 429-

446, 2010. DOI: <http://doi.org/10.1590/S1413-65382010000300008>.
Acesso em: 15 jul. 2022.

Recebido em: *Abril/2023*
Aprovado em: *Abril/ 2023*.